



## ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom-dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Cinco da Vigésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 441 e 500/2023, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.606/2023, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 261/2023, da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 515/2023, da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (Agraer). **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Rafael Tavares, Junior Mochi, João Mattogrosso, Lidio Lopes, Lucas de Lima, Pedro Kemp, Gerson Claro e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 45/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 48/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 87/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Antônio Ferreira dos Reis; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Nãnderu Kaiowá Atanásio Teixeira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares tenente Luiz Fernando Rodrigues, sargento Lucas Villegas Campos e cabo Henrique Lemes da Costa, pelo reconhecimento da apreensão que fizeram de cerca de 830 quilos de entorpecentes em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares sargento sargento José Aparecido da Silva e cabo Vanderson Ferreira de Oliveira, em reconhecimento à ação que empreenderam ao evitar que um taxista fosse sequestrado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares tenente-coronel Anderson Machado Padilha, primeiro-tenente Jacson Marcelo Anjos Machado, Ademarcio Nogueira Moraes, segundo-sargento Paulo Henrique



*Veloso Marques, segundo-sargento Marcos Sérgio Marques, terceiro-sargento Sidnei Miranda dos Santos, terceiro-sargento Nediz Bernardino Batista, terceiro-sargento Reginaldo Rodrigues de Oliveira, terceiro-sargento Anna Paula Stegun, terceiro-sargento Gilberto Vieira Alves, cabo Moacir Pereira Braga, cabo Edilson Pereira de Souza, soldado Endryo Ifran Mancoelho, em reconhecimento aos serviços prestados no distrito de Anhanduí; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Diogo Montiel dos Santos, soldado da Polícia Militar, e ao senhor Rodinei Vasquez Alderete, também soldado da Polícia Militar, pela atuação exitosa no salvamento de duas pessoas que estavam presas dentro de um carro em chamas; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos policiais civis senhor João Antônio Silva de Araújo e à senhora Cristiani Marcia Leibanti Duccini, pelo salvamento de uma criança que ingressou na Depac com dificuldade respiratória, no dia 16 de abril de 2023; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao diretor-presidente da Agepen, Rodrigo Rossi Maiorchini, e aos policiais penais integrantes do Comando de Operações Penitenciárias; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 26 de abril de 2023 pela doutora Hella de Fatima Maeda, juíza federal do Trabalho e coordenadora do Programa Trabalho Seguro (PTS) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho (TRT da 24ª Região); requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a realização de audiência pública, no dia 8 de maio, às 14h, referente à Reforma Tributária; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira. Indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Lidio Lopes, Coronel David, Rafael Tavares, Lia Nogueira, Junior Mochi, Professor Rinaldo, Gleice Jane, João Mattogrosso, Zé Teixeira e Zeca do PT.*

**EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – *Usou da palavra o deputado Marcio Fernandes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de abril do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, bom dia. Senhora deputada, senhores deputados, bom dia. Expediente da Sessão Ordinária do dia 25 de abril de 2023: Mensagem nº 10/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base ou do subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do estado de Mato Grosso do Sul; Mensagem nº 3/2023 do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei complementar que “altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências; Ofício nº 85/2023, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Junior Mochi; e-mail/Ofício nº 16/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Pedro Kemp; Ofício nº 38/2023, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) encaminhando o encerramento do Termo de Compromisso celebrado com a Funasa para a execução obras de ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Porto Murtinho; Ofício nº



356/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Renato Câmara; Ofício nº 357/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos ilustres deputados Junior Mochi, Coronel David, Rafael Tavares e Renato Câmara; Ofício nº 527/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo a indicação da deputada Lia Nogueira; Ofício nº 3.151/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo a indicação da ilustre deputada Lia Nogueira; Ofícios nºs 498 e 499/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo a indicações dos deputados João Mattogrosso e Rafael Tavares; Carta nº 214591105/23, da Oi Telefonía, respondendo a indicação da deputada Mara Caseiro. Está lido o expediente, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados. Requeiro à Mesa, ouvido o douto Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhada a presente moção de congratulação à Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul). Justificativa. A moção de congratulação para a Acrissul, na pessoa do seu presidente, Guilherme de Barros da Costa Bumlai, extensiva aos diretores e colaboradores pela 83ª edição da Exposição Agropecuária e Industrial de Campo Grande, pelo sucesso na realização da tradicional Expogrande, maior feira agropecuária do estado, importante evento realizado no Parque de Exposições Laucídio Coelho, em Campo Grande. Se aprovada, a presente moção deverá ser encaminhada nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representante de todos os segmentos sociais do estado, por proposição do deputado Pedrossian Neto, congratula a Acrissul, na pessoa de seu presidente, senhor Guilherme Bumlai, pela 83ª edição da Exposição Agropecuária e Industrial de Campo Grande". Tenho um segundo requerimento, senhor presidente. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja franqueado o uso da palavra na Sessão Ordinária de 27/04 para a abertura dos trabalhos do Maio Laranja, mês de enfrentamento e combate à violência e abuso sexual contra crianças. Se aprovado o requerimento, farão uso da palavra o senhor Silvano Sena, presidente do abrigo Segunda Casa Zaira Britgo, e o doutor Robson Celeste Candeloro, Juiz da 7ª Vara Criminal de Competência Especial de Campo Grande. Justificativa. A Campanha Maio Laranja foi instituída pela Lei Federal nº 14.432/2022, a ser realizada no mês de maio de cada ano em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa visa a ampliar as atividades do dia 18 de maio, definido como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ao estender para o mês de maio a campanha de conscientização acerca do tema. Nesse sentido, a campanha Maio Laranja promoverá atividades relacionadas à temática, tais como: iluminação de prédios públicos com luzes de cor laranja; palestras, eventos e atividades educativas; veiculação de campanhas de mídia e disponibilização à população de informações em banners, em folders e em outros



materiais ilustrativos e exemplificativos sobre a prevenção e o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A referida campanha representa uma importante medida para prevenir e combater a violência e o abuso sexual contra menores, cuja proposta deverá contemplar o conjunto de ações e de concepções já desenvolvidas, em memória da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, respeitado e considerado o histórico de conquistas e avanços dos direitos humanos da infância no território brasileiro. A sanção busca ampliar e fortalecer a proteção integral de crianças e adolescentes por meio de ações que promovam maior visibilidade ao tema, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento nos primeiros anos de vida do ser humano, sobretudo na primeira infância. São essas as minhas considerações, presidente. Muito obrigado. Bom dia.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Vanda Cristina Camilo, prefeita municipal de Sidrolândia, com cópia ao senhor Luiz Carlos Alves da Silva, secretário municipal de Saúde, solicitando a contratação de técnicos em enfermagem para atender o posto de saúde da aldeia urbana Nova Nascente, no município de Sidrolândia. Lideranças indígenas da aldeia Nova Nascente reivindicam a contratação de técnicos em enfermagem para integrar a equipe do posto de saúde que atende a comunidade. O quantitativo insuficiente desses profissionais prejudica o atendimento à população, uma vez que sua presença é crucial para a prestação de cuidados a pacientes em situações críticas e emergenciais. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação na forma regimental, pedindo que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Wanda Cristina Camilo, prefeita municipal de Sidrolândia, com cópias ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando a regularização do fornecimento de água potável nas casas da aldeia Nova Nascente, localizada no município de Sidrolândia. Esta indicação atende a uma solicitação das lideranças indígenas da aldeia urbana Nova Nascente que pediram o apoio com relação ao problema da falta d'água que várias famílias da comunidade estão enfrentando. Também, senhor presidente, apresento um requerimento solicitando o uso da tribuna pelo professor Jaime Teixeira, presidente da Federação Trabalhadores em Educação (Fetems), no dia 27, na sessão da próxima quinta-feira. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, primeiro quero apresentar uma indicação em caráter de urgência, dirigida ao senhor secretário de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, com cópia para o delegado-geral da Polícia Civil do estado do Mato Grosso do Sul, doutor Roberto Gurgel Oliveira Filho, ao procurador-geral da Justiça do estado do Mato Grosso do Sul, doutor Alexandre Magno Benites de Lacerda, bem como ao procurador-chefe do Ministério Público

Federal, doutor Silvio Pettengill, solicitando medidas cabíveis para a apuração de possíveis ameaças feitas na propriedade rural localizada na região do Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari. Senhor presidente, deputado Londres, vejam isto aqui [o orador exhibe uma foto]; isto aqui está afixado no portão de uma fazenda lá em Costa Rica: um fuzil e com os dizeres "Invasores serão alvejados, sobreviventes serão alvejados novamente". Isso não contribui para apaziguar absolutamente nada, como tampouco contribuem essas invasões irresponsáveis — nem um lado, nem outro, e radicalismo não leva a lugar nenhum. Estou pedindo portanto, através dessa indicação, que isto seja apurado, porque provavelmente esse cidadão deve estar cheio de armamento lá na sua propriedade. Em segundo lugar, outra indicação, esta para a Caixa Econômica Federal de Mato Grosso do Sul, pedindo a implantação de uma unidade lotérica no distrito da Nova Itamarati, no município de Ponta Porã. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores, declaro encerrado Pequeno Expediente... Tem a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, cumprimento o deputado Zeca do PT pela sua colocação aqui a respeito do outdoor em Costa Rica, concordo plenamente com Sua Excelência, porque não precisa expor nada. Agora, eu queria deixar registrado, para ciência do meu colega e amigo querido Zeca do PT, que toda ação gera uma reação. Não precisava o João Pedro Estédile ir à China dizer que ia haver invasão. Quer dizer, são coisas premeditadas, são tragédias anunciadas. E invasão é crime! Quem anuncia uma ação criminosa, ainda mais no país que mais importa alimentos do nosso Brasil, não age bem, para dizer o mínimo. O produtor rural quer é paz. Esse episódio de Costa Rica, para mim, é uma coisa isolada. Agora, eu sou 100% a favor de que os produtores rurais tenham arma em casa. Porque lá na fazenda Caarapó há poucos dias entraram e roubaram 600 mil reais em antenas de tratores, e não acontece nada... Virou moda agora entrar nas fazendas, assaltar, roubar as antenas; lembrando que sem a antena no trator não dá para fazer a plantação de precisão, por GPS. Então eu quero reiterar ao meu colega Zeca do PT, sou contra o outdoor, sou contra o extremismo, sou contra a colocar o fuzil no outdoor e dizer que se entrar aqui leva bala. Eu sou a favor de que o produtor possa ter arma na fazenda, e se entrar aqui vai ter bala mesmo! Reação. Só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Coronel David: um projeto de lei (Prot. nº 01815/2023). De autoria da deputada Gleice Jane: um requerimento (Prot. nº 01777/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 01788/2023, 01796/2023, 01793/2023, 01790/2023, 1789/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: dois requerimentos (Prot. nºs 01813/2023, 01814/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 01805/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: quinze indicações (Prot. nºs 01780/2023, 01781/2023, 01782/2023, 01783/2023, 01784/2023, 01785/2023, 01786/2023, 01787/2023, 01791/2023, 01792/2023, 01794/2023, 01797/2023, 01798/2023, 01799/2023, 01800/2023); um requerimento (Prot. nº



01779/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nº 01776/2023, 01774/2023, 01816/2023, 01775/2023); um requerimento (Prot. nº 01801/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: três indicações (Prot. nº 01778/2023, 1811/2023, 01810/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o ilustre deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o ilustre deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Antônio Vaz. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o ilustre deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, nobre deputado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — sem revisão do orador — Senhor Presidente, público presente e quem nos assiste pelas redes sociais. Venho hoje apresentar uma moção de repúdio ao governador Eduardo Riedel, pelo tamanho da carga tributária que nós estamos pagando; pelo aumento do combustível, pelo aumento do custo da energia elétrica, pelo aumento do Fundersul, pelo aumento dos impostos que incidem no caso das telecomunicações, pelo valor absurdo e pela injustiça que é a existência da pauta fiscal, que obriga o empresário a vender um produto segundo um parâmetro de preço fixado pelo próprio estado, mesmo quando o produto não tem aquela saída. É uma moção de repúdio em razão de Mato Grosso do Sul ter uma das mais pesadas cargas tributárias do país. Uma moção de repúdio em razão da existência do imposto garantido, que determina ao empresário, vendendo ou não, recolher imediatamente sobre todo o seu estoque, que sabe Deus quando conseguirá vender. Quer dizer, o estado nunca pode contribuir com o contribuinte, com o empresário, com o produtor, com o gerador de riqueza. Parece que nós sofremos diariamente um estupro. Estou dizendo isso porque o estado está, seguindo as palavras do governador Eduardo Riedel, com uma grande oportunidade nas mãos. O estado tem um colchão fiscal largo, fofo, recheado de dinheiro público, que lhe dá um conforto, e no entanto, mesmo com esse conforto todo, não elenca o servidor, o empresário, o produtor no rol das suas prioridades. E eu vou provar o que estou falando. Chegou a esta Casa uma proposta de aumento para o servidor público de 5%. Cinco pontos percentuais! Sindicatos, federações, entidades, aqui vai uma denúncia... Vejam como que os servidores são desvalorizados, tratados verdadeiramente como porcos! Não há aumento real. Cinco por cento?!... Este deputado votou contra o aumento absurdo que passou nesta Casa, dos benefícios aos funcionários comissionados, dos EAES, dos EASs, das remunerações, etc. Este parlamentar pediu a folha de contratação, a folha de crédito fiscal, a transparência, pedi a relação de todos, para saber se trabalham, se recebem — houve uma negativa. Copiando o Lula, já que o PSDB está tão próximo do PT, nunca antes na história deste país, nunca antes na história deste estado, houve tanto conforto fiscal e tanta desvalorização do servidor. Eu fiz aqui umas tabelas para o servidor público poder analisar a coisa. Consta aqui um salário de um CCA, ou sabe-se lá como se chama isso, de 17 mil reais — vocês devem ter visto na mídia, nos canais de comunicação, algumas denúncias. Pois esse funcionário, que recebia 17 mil reais, passará a receber um aumento de 66,44%, enquanto que o servidor público concursado vai para o lixo, vai para a latrina com os seus 5%, que mal cobre a inflação. Faça, servidor público, seu dever de casa, a sua greve, convoque o seu sindicato e veja quanto que você está

recebendo. Vocês acham que esse aumento dos cargos comissionados pararam nos 66,44%?... Não! Existe ainda a possibilidade, através de um projeto de lei que esta Casa entregou ao governador, de uma bonificação de mais 50% no salário. Ou seja, o servidor que ocupa esse cargo vai receber um aumento, este sim mais do que extraordinário, estapafúrdio, vergonhoso: dos dezessete ele passa para R\$ 42.602,85. Ah, mas é só para esses cargos de chefia, é só para altos cargos... Não! É em todos os níveis: um salário de cinco mil reais recebe um aumento de 90% mais bonificação... de R\$ 5.787,00 passa a receber R\$ 11.840,00; de R\$ 5.423,00 passa a receber R\$ 10.880,00. E um cargo relativamente baixo, de R\$ 2.029,76, passa a receber R\$ 2.410,00, quer dizer, 18% para os cargos mais baixos. O de mil passa a receber um aumento de 74%, vai para R\$ 1.856,00. Como se não bastassem todos esses aumentos, de 124%, 70%, 80%, 50%, que eu citei, a tudo isso somam-se os 5% que estão sendo entregues aos servidores públicos concursados. A propósito, há uma matéria onde uma garota de programa denuncia, através da sua nomeação, que a folha do estado de Mato Grosso do Sul está prostituída. Título: "Oito mil como garota de programa em Campo Grande". O sujeito achou que estava namorando, se apaixonou, nomeou a garota, ela reclamou do salário, que inclusive terá esses aumentos... Pois a moça, com essas credenciais, está lá nomeada... Por isso estou pedindo a listagem para saber a situação de todo mundo que está trabalhando... Está aqui, é um veículo de alta circulação que fez a denúncia, e ninguém falou nada; veículo que recebe incentivos, não sei se fiscais, mas recebe incentivo do estado, ou seja, tem a credibilidade para fazer a denúncia, que deveria ter sido investigada, com transparência. Mas não. Não houve resposta ao requerimento que traria um pouco de transparência, pedindo a lista de todas as 3.200 contratações feitas no estado, beneficiando pessoas que verdadeiramente não merecem, que não trazem o peso da máquina pública nas costas, o desenvolvimento do estado. Nós vamos às vias judiciais, e nós vamos encontrar todos esses nomes; só vai demorar mais um pouco. Alguém pode me perguntar: mas deputado, por que Vossa Excelência levanta essa questão? Sabe por quê?... Porque o discurso do governador é inconsistente, é incongruente. Como que vai a Brasília e faz essa aproximação com o Luiz Inácio Lula da Silva, e ao mesmo tempo aqui no estado age de maneira diferente?! Nós temos um volume absurdo, bilionário, entregue através de crédito fiscal que o governador está tentando votar aqui numa tentativa de se blindar; enquanto que o Código Tributário Nacional, e eu já falei isso aqui, para a pessoa jurídica, manda expor! Sabe o que eles estão fazendo lá em Brasília? Está aqui no *Correio Brasiliense*: "Fernando Haddad: — Quero trazer luz a todas as renúncias fiscais." O ministro da Fazenda já pediu uma lista das empresas beneficiadas para que ele possa fiscalizar, para que possa levar para o Congresso Nacional. É o PT que está fazendo isso! Enquanto isso, aqui, um deputado estadual, eleito, legitimado, quer saber o volume desses recursos: quem recebe, qual é a contraprestação, o benefício entregue ao estado, e por enquanto nada: ninguém sabe. Nenhum parlamentar desta Casa é capaz de hoje subir à tribuna e confrontar este parlamentar dizendo, por exemplo, "olha, a cifra a que o estado renuncia, dando incentivos fiscais, é de tantos milhões ou bilhões de reais no último ano, nos últimos seis meses, nos últimos quatro anos". Nenhum parlamentar! Eu os desafio. Eu dou aqui três, quatro minutos do meu tempo para qualquer parlamentar que quiser vir aqui falar qual é o valor... E se eu não quiser pegar esse crédito e entregar para essas empresas, que já fizeram o estado ir parar nas capas, nas

manchetes do *Fantástico* em rede nacional?!... E se eu quiser pegar esse recurso do aumento aos funcionários comissionados, que trazem voto, e aplicá-lo num aumento digno para os funcionários concursados?! Eu tenho o direito de conhecer...

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Se for para me dar o número exato, eu vou conceder o aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Eu não tenho como lhe dar o número exato.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Então permita-me concluir o raciocínio, depois dou o aparte a Vossa Excelência, cujas falas são sempre peculiares e esclarecedoras... É uma barbaridade ver, em nível nacional, uma simples declaração do ministro da Fazenda dizendo que vai fiscalizar, dizendo que vai levantar dados, dizendo que vai verificar quem realmente contribui com a União federal, enquanto que aqui o parlamentar não tem acesso ao mesmo tipo de informação; enquanto isso o parlamentar tem de se contentar com o aumento espúrio, com uma lavagem oferecida a porcos — isto que se oferece sequer consiste num aumento real. Servidores públicos, vocês elegeram seus representantes... Levantem-se, reajam, eu estou comprovando a coisa para vocês que recebem, que trabalham, que cumprem com a sua carga horária: funcionários que mal aparecem nos gabinetes estão recebendo 124% de aumento! De 17 mil estão indo para 42 mil reais! Que privilegiado é esse que merece mais do que você, você que estudou, que passou numa prova?!... Tudo bem, há funcionários e funcionários, não vamos generalizar... Enfim, esse aumento mal e mal recompõe a inflação do IPCA. Pelo amor de Deus, isso é uma vergonha! É muito bom poder subir aqui nesta tribuna, ter a voz que estou tendo, porque desde o primeiro dia do meu mandato eu cobro do governador Eduardo Riedel redução de tributos. Às vezes a gente escuta que tudo que se faz aqui fora do combinado com o governo, que foge da regra do jogo, não passa da rotatória do Parque dos Poderes, que tudo que a gente faz é em vão... É mentira! Senão eu não estaria reeleito. É mentira! Esses rumores são para acovardar parlamentar. Não é à toa que o governador Eduardo Riedel anda anunciando que vai fazer algum tipo de redução tributária... ufa, graças a Deus. Não será certamente aquela que este parlamentar gostaria de ver. Mas pode ter certeza que isso veio porque estamos aqui na cobrança. Concedo o aparte a Vossa Excelência, deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado João Henrique, estou aqui lhe ouvindo com muita atenção, e Vossa Excelência me perguntou se eu tenho os números; claro que não tenho. Vossa Excelência fala com muita propriedade porque deve ter todos os números... Mas eu queria dizer a Vossa Excelência o seguinte: Não existe incentivo fiscal mais em Mato Grosso do Sul para quem paga o ICMS, isso foi abolido pelo Confaz; hoje você vende o boi por trezentos reais e paga cheio 12%, e assim a soja, o milho, etc., tudo doze. Existem, por lei aprovada nesta Casa, certos incentivos fiscais, como há para as empresas de celulose; houve também para empresa que investiu muito no setor da carne, como a JBS. Nesta Casa, outro dia eu

lembrei que foi feita uma CPI e foi detectado que a coisa foi acordada em convênio para cumprir a meta de emprego, gerados a mais. Se o empresário pagar 10% numa base de cinco mil suínos ou pagar 5% em dez mil, em ambos os casos você vai receber a mesma coisa e vai triplicar o emprego: isso no meu ponto de vista. Há pouco tempo, o governo federal — Vossa Excelência é testemunha disso, Vossa Excelência que, assim como eu, é adepto do Bolsonaro — abaixou o ICMS do combustível... Será que o ICMS do combustível é justo? Para lhe responder sinceramente, não sei. Será que é justo vender a cinco reais o litro de combustível, dos quais 30% de ICMS, quando a pauta é de seis? Aí você está pagando por uma coisa que efetivamente não vendeu... Estou ouvindo com muita atenção Vossa Excelência, e não estou aqui para advogar para ninguém. Mas todo o governo tem de ter responsabilidade, sobretudo responsabilidade fiscal. Quanto ao que Vossa Excelência diz sobre os altos salários, eu concordo plenamente, mas isso aí é no Poder Judiciário, é no Executivo e é no Legislativo, em todos os Poderes tem altos salários; tanto é que foi aprovado aqui há poucos dias para o MP o salário de 41 mil reais: aprovado por esta Casa aqui! Se é ou não justo, se é pouco, muito, eu não sei, eu sei que eles têm de representar a Justiça e defender o povo: este é o papel do Ministério Público, na minha visão. Então eu não discordo em nada do que Vossa Excelência está falando... A hora que Vossa Excelência trazer os números efetivamente aqui, eu gostaria de ter acesso a eles, para discutir e lhe dizer que Vossa Excelência está coberto de razão. Em todo caso, o governo tem de saber como fica a sua responsabilidade fiscal no final do ano, ele tem de fechar seu orçamento. Tanto é assim que aqui no estado não está acontecendo o mesmo que em Brasília, onde a pessoa pode gastar 70% do que arrecada, pode tirar isso ou aquilo do orçamento, pode estourar a Lei de Responsabilidade Fiscal; que, na minha visão, na União acabou: aí o sujeito pode gastar o que bem entender e o que bem quiser, e o seu substituto, daqui a quatro anos, que eu tenho certeza que virá, é que terá de arcar com a irresponsabilidade que está acontecendo no país. Muito obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Agradeço o aparte sempre muito propositivo de Vossa Excelência, que tem um grande entendimento na área, no que se refere à produção, no que se refere à soja, a grãos. Eu sei que Vossa Excelência é um grande conhecedor da matéria e eu respeito a opinião de Vossa Excelência. Entretanto, Vossa Excelência, em outro aparte que fez a este parlamentar, mencionou a existência de uma CPI que fez esta Casa, cujas cópias já pedi inclusive; mas até hoje, e Vossa Excelência menciona agora no plenário, a empresa está pagando milhões de reais de volta, porque houve um desvio [*fala fora do microfone no plenário*]... Ainda não cumpriu?... Não cumpriu o que acordou... Então eu indago a Vossa Excelência: por qual motivo nós não podemos ter o conhecimento de todos, para fiscalizar a todos?!...

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Um minuto... Eu já pedi várias vezes essas informações ao secretário de Fazenda do estado; agora farei formalmente a convocação do secretário de Fazenda para que ele explique, ainda que numa reunião reservada, antes que a gente queira outra CPI, qual é o motivo de ele negar a

vigência do artigo 198 do Código Tributário Nacional; ninguém precisa me explicar, está escrito aqui no inciso I que "excetuam-se do disposto neste artigo", quer dizer, "não é vedada a publicação dos incentivos, renúncias, benefícios ou imunidades de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica". Esta lei entrou em vigência em 2022, e é uma lei de 2021. Não se pode negar mais a vigência dessa lei! Não há necessidade, deputado Zé Teixeira, de fazer uma CPI: basta que se responda a um requerimento simples de um deputado estadual eleito, e eleito para fazer isso. Eu já fiz isso, Vossa Excelência assinou comigo, um requerimento simples... O Regimento Interno da Casa diz que, uma vez não respondidos os requerimentos (como foi o caso do secretário), isso passa a ensejar que ele seja chamado a dar explicações na condição de convocado. É o que estou fazendo; porque se fizermos o nosso dever de casa, deputado Zé Teixeira, com as outras empresas que não cumprem, que de repente deram algum tipo de apoio, que têm alguma fiscalização indevida, alguma conversa de bastidores, o dinheiro acaba sendo devolvido para o Estado; como aliás Vossa Excelência está provando, quando cita o caso da JBS, que devolveu dinheiro para o estado. E aí quem sabe possamos empregar esse dinheiro para dar um aumento digno aos servidores públicos concursados. Por que os comissionados têm vez e os concursados não?!...

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Permito o aparte a Vossa Excelência, deputado Pedro Pedrossian Neto, porque é o aniversário de Vossa Excelência. Pode me contrapor à vontade, que estamos preparados para o debate; vou tentar suavizar com Vossa Excelência. O aparte está concedido.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Eu agradeço. Deputado, eu penso que é extremamente legítimo levantar essas questões, como faz Vossa Excelência. É de fato uma matéria que preocupa a sociedade, sul-mato-grossense e brasileira. Evidentemente que nós precisamos de transparência, precisamos evoluir num arcabouço que seja republicano e que atenda aos interesses do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Agora, falar do incentivo fiscal é falar do maior exemplo de sucesso que nós tivemos na política de desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos. Vossa Excelência é neto do saudoso... saudoso não, porque ainda vivo... Vossa Excelência é neto do Marcelo Miranda, e eu do Pedro Pedrossian. Pois bem. Ambos sabemos que estado nós tínhamos nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, e sabemos que estado temos hoje no ano de 2023. É um estado que se desenvolveu, é um estado que se industrializou. Ontem, o governador Eduardo Riedel anunciou 52 bilhões de reais em investimentos programados, sobretudo na área da indústria. Nosso estado ostenta o terceiro menor nível de desemprego do Brasil. Enquanto o resto do país patina, Mato Grosso do Sul acelera. E por que isso está acontecendo? Justamente porque temos um dos incentivos fiscais mais arrojados, mais robustos; e se existe guerra fiscal hoje dentro do Brasil, Mato Grosso do Sul entrou na guerra fiscal para vencer, e estamos vencendo. Nós tivemos Três Lagoas porque existe incentivo fiscal. Uma coisa que talvez Vossa Excelência não saiba: existe, veja bem, na secretaria de Fazenda do estado de São Paulo — sei porque



muitos anos militei na questão tributária, morei em São Paulo —, na secretaria de Fazenda de São Paulo há um departamento que só monitora incentivos fiscais concedidos em outros estados. E adivinhe quem é o principal alvo... o estado de Mato Grosso do Sul. Qual é o objetivo, deputado, desse departamento que eles têm lá na secretaria de Fazenda? Toda vez que se publica no Diário Oficial que nós concedemos um incentivo de tantos por cento para uma empresa industrial manufatureira aqui no estado, eles ficam alerta em São Paulo para glosar todos os créditos dos produtos que mandamos para lá, para torná-lo inócuo. Então essa estratégia através dos termos de acordo é justamente para que possamos defender o nosso imposto, para que possamos defender nossas indústrias. Porque se fizéssemos da maneira como quer Vossa Excelência, isto implicaria tornar sem efeito todos os incentivos fiscais, e é isso que o estado de São Paulo e outros grandes estados estão fazendo. Qual que é a solução engenhosa que Mato Grosso do Sul criou? Nós criamos o incentivo fiscal, concedido através de um termo de acordo, do qual participam a Secretaria de Estado de Fazenda, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e a empresa beneficiada, com a anuência de um conselho — aí está o controle social. Nós temos o Conselho de Desenvolvimento Industrial cujos participantes são todos do setor produtivo: a Fiems, a Famasul, o Sistema S, o pessoal dos serviços, os trabalhadores. Então, nós temos o controle social. Precisamos aprimorar? Eventualmente sim, eu acho que não há tabu nessa discussão, eu até partilho da preocupação de Vossa Excelência, nós podemos fazer isso; inclusive, deputado Londres, estamos discutindo a possibilidade de criar uma reforma tributária. Veja que tema importante! Então eu acho que não devemos fazer desse tema aqui um fla-flu, um debate acirrado como se houvesse algo oculto, uma malversação de verba. A preocupação de Vossa Excelência é legítima, podemos discutir. Há uma discussão sobre reforma tributária, inclusive temos uma audiência marcada agora para o dia 8 para debater o tema. O ICMS é finado, vai acabar o ICMS, não vai mais existir ICMS; vai existir o IBS, que é um projeto nacional. Então essa é uma forma de evoluir... Por último, deputado, o governo está aqui enviando um projeto de reajuste. Nós concedemos 5%, que é acima da inflação, mas reconhecemos que sempre se pode avançar. Eu já fui do Executivo, a vontade do Executivo é avançar, ir além. Mas é importante que a gente não olhe só para o momento presente: vamos olhar para o passado para ver o que já fizemos. Nós temos o melhor salário de professor do Brasil! Não é o segundo, é o melhor do Brasil. Em algumas coisas nós avançamos, noutras precisamos avançar mais. Seja como for, entendo que precisamos dar crédito ao governo, porque o governo demonstrou responsabilidade, sabe os rumos de Mato Grosso do Sul, sabe o compromisso que tem com essa geração de sul-mato-grossenses. Muito obrigado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Eu agradeço a fala de Vossa Excelência, deputado Pedro Pedrossian Neto. Todavia, em contraponto ao que diz Vossa Excelência, quero dizer que isto não é um fla-flu, que isso não é a vontade do deputado. Se existe um conselho em São Paulo que monitora, que traz algum tipo de competição com nosso estado — e precisamos avançar nessa matéria —, somos nós que temos de nos adaptar à legislação. Não é a vontade do deputado João Henrique: é a vontade do Código Tributário Nacional! É o governador Eduardo Riedel e seu secretário que estão tratando o Código Tributário Nacional como se fosse o CTN, com CTN quero dizer Centro de Tradições Nordestinas. Por quê? Porque o artigo 198

determina a publicação desses acordos, sequer eu teria de pedir. O que gera algum tipo de desconfiança nessa matéria é exatamente a resistência, deputado Pedrossian Neto, em entregar aquilo que o próprio Código Tributário, lei maior a versar sobre o assunto, determina, isto é, a sua publicação. Quem cria esse constrangimento é o próprio governo do estado, deputado Pedrossian Neto; é o próprio governo do estado quando não entrega para o seu vice-líder, para o seu líder, os números para responder à única pergunta que fiz como condição para conceder os apartes que estou concedendo. Eu quero saber se esta Casa hoje pode falar quanto que renunciou de receita... Não consegue. Talvez esse conselho de São Paulo saiba quanto que o estado lá renunciou e quanto que Mato Grosso do Sul renunciou. Enquanto que aqui não há um único parlamentar que possa me dar hoje — hoje — o número exato; o que é uma pena. Quando se analisam, deputado Pedrossian Neto, outros governos, quando se analisa o que foi a divisão do estado de Mato Grosso, é preciso fazer uma digressão, é preciso lembrar, aprender com o nosso irmão vizinho. Nós éramos o filé mignon, o sul; na divisão do estado tínhamos 55 municípios, enquanto que Mato Grosso ficou com 38 — hoje eles têm 142 municípios e nós temos 79. Então a gente precisa analisar desenvolvimento, a gente precisa analisar folga fiscal, a gente precisa avançar no aumento dos servidores concursados, que passaram numa prova e que têm a sua estabilidade? Sim. Mas nós não precisamos renunciar à nossa função de parlamentar, sub-rogando-a a um conselho. Vejam que hoje participam a Fiems, a Fecomércio, a Famasul no projeto da criação dos incentivos, mas a Assembleia não. E quando a Assembleia requer aquilo que está na lei, para saber e fiscalizar se o que eles estão fazendo está ou não correto... Ah, mas a Fiems, a Fecomércio, todo mundo, eles plenejaram muito bem. Lindo! Mas os empresários que receberam os incentivos estão cumprindo sua parte?... Muitos não estão.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) —** Vou concluir, deputado Junior Mochi... Como muito bem pontuado pelo deputado Zé Teixeira, muitos talvez não estejam cumprindo, e se não estão cumprindo têm de ceder o privilégio a outros. Houve uma CPI nesta Casa — uma — que tocou no assunto. E o que fez a CPI? Focou numa empresa. Essa empresa paga até hoje uma vultosa quantia de recursos ao Estado de Mato Grosso do Sul, por malversação. Quem eram os secretários da época? Qual foi a participação da Fiems, da Fecomércio, que trabalharam, que tiveram retaguarda em todo esse arcabouço, quais foram os critérios para conceder esses incentivos? Quem foi responsabilizado? Quem foi punido? Quem assinou o termo de benefício fiscal? Quem deixou de cobrar? E por que não pode participar a Assembleia Legislativa dessa cobrança? Com certeza, deputado Pedrossian Neto, o estado tem a intenção de remunerar melhor os servidores concursados; mas se esta Casa avançar dentro da competência legal dela, instituída no Código Tributário Nacional, nós vamos obrigar o estado a fazer isso, não teremos mais de ouvir o que o servidor sempre escuta cada vez que chega a data-base. O ex-governador Zeca, hoje deputado, sabe a dificuldade que é conceder aumentos. E o que é que a gente sempre escuta? Que não dá... o que dá é o aumento de 5%, é o teto... Mas quem disse que não dá?! Nós estamos ouvindo isso, nós somos reféns de uma conversa que os secretários nos contam, de um acordo que faz o governador — secretários que sequer receberam

votos, que a qualquer momento podem cair, e caem, como Vossas Excelências sabem. Mas eu não quero mais isso, eu quero mudar a realidade do meu estado; eu quero que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul traga os recursos, que possa dizer: "eu não quero uma implementação dessas". Que não precisemos mais ouvir o "agora já está feito, não dá mais para mudar, foi feito um decreto, uma composição, foi feito um acerto, o caixa está comprometido"... Quando chega o orçamento aqui, nós funcionamos como carimbeira... Emenda parlamentar, deputado Zeca do PT, vai ficar para eu comentar outro dia; vou trazer algumas informações, algumas até já compartilhei com Vossa Excelência... O poder de um deputado, de transformação, de implementação, de discussão, hoje isto está vergonhoso!... Escusando-me pelo atraso, deputado Junior Mochi, nesse tempo que me restaria para concluir minhas explicações, eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Deputado João Henrique, em primeiro lugar não dá para negar a relevância do assunto. É importante que a gente tenha realmente uma noção mais clara dessa discussão relacionada principalmente à questão dos incentivos fiscais. Eu aproveito este momento inclusive para parabenizar o então governador e hoje deputado estadual Zeca do PT, porque foi no governo dele que se criou o MS Empreendedor, concedendo incentivos diferenciados às empresas para que aportassem recursos e gerassem o desenvolvimento, a diversificação das atividades econômicas do estado. Graças a esse projeto, que obviamente vem sendo aperfeiçoado a cada novo governo, foi possível ao estado modificar a sua base econômica. De um estado que antes era focado apenas, pelo menos em grande parte, na soja e no boi, passou a ser um estado que recebeu a indústria. Nós temos hoje uma atividade econômica diversificada. Temos a silvicultura com as indústrias de celulose lá na costa leste, temos a mineração em franco processo de expansão, e continuamos com a soja, o milho, o grão e o boi. Temos agora também um dinamismo no negócio da cana-de-açúcar, que decolou; tínhamos onze indústrias de açúcar e álcool e geração de energia: hoje temos vinte e quatro, gerando emprego, gerando renda para a população. Então, ao conceder um incentivo, você não sabe de quanto está abrindo mão, você não tem noção. O incentivo é para que a empresa venha, porque se não há o incentivo, ela não vem: o incentivo é que torna o estado competitivo. Nós não somos competitivos pela ausência de infraestrutura, estamos longe dos centros consumidores, dos portos, não temos a logística para poder competir com o estado de São Paulo, Paraná e outros. Então a discussão do incentivo fiscal é bem-vinda, é uma política que temos inclusive de aperfeiçoar, para evitar por exemplo que o estado cresça muito em determinadas regiões e nada em outras: é preciso diversificar, ampliar os incentivos em determinadas regiões considerando as peculiaridades locais, obviamente sem interferir e sem prejudicar a questão ambiental. Então eu venho aqui na verdade fazer uma defesa da lei de incentivo fiscal. Quando o senhor fala de uma única empresa alcançada pela Casa no âmbito de uma CPI, é porque para se lançar numa investigação dessa natureza é preciso fato determinado, é preciso definir qual é o fato, qual é o problema. Lá surgiu um problema, houve uma denúncia, essa denúncia estava sendo apurada do ponto de vista criminal, e a Casa então abre uma CPI para apurar se como contrapartida dos incentivos concedidos a empresa cumprira sua parte, ou seja, se fizera as mudanças que deveria fazer em seu parque industrial. E foi identificado obviamente o problema, e a Casa conseguiu obter, através de um acordo



inédito — inclusive judicial, pois a questão já se encontrava judicializada pela própria Assembleia —, que a empresa efetivasse o pagamento daquilo que ela não cumpriu como compensação do incentivo. Então quando você concede o incentivo, você não tem noção, a dimensão dos desdobramentos; você concede um incentivo que a empresa solicita dentro daquilo que nós aprovamos na lei de incentivos fiscais, dentro dos percentuais estabelecidos, para ela fazer os seus investimentos. Algumas deram muito certo, outras não, fecharam. Quem é que não queria ter a Mabel ainda no estado gerando milhares de empregos lá em Três Lagoas? Fechou. Então como é que você pode prever qual será o ganho ou qual o prejuízo? Pelo jeito nesse caso o empresário não conseguiu viabilizar a sua atividade econômica... Então muito importante a lei de incentivo fiscal, e esta Casa, num único dia, aprovou sua prorrogação até 2032; e assim foi porque houve uma mudança na legislação federal — em nível federal, quem decide se aprova ou não é o Confaz, é o conselho dos secretários de Fazenda. Todos esses convênios com o Confaz têm de ser cancelados pela Casa posteriormente, isso tudo é remetido para cá, examinado, passa pela CCJR, pelas demais comissões, e são votados.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O tempo acabou, deputado.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — ...Isto apenas a título de esclarecimento, para contribuir... Mas extremamente importante a discussão que o senhor traz à Casa.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Agradeço pela fala, também defendo a lei de incentivos, assim como Vossa Excelência, mas com a ressalva de que deveria haver uma maior participação, uma fiscalização da Assembleia Legislativa, dos parlamentares; e a aplicação do Código Tributário Nacional, que prevê a publicação dessas informações para todas as empresas (PJ): isto é uma obrigação, não deveria nem ser objeto de reivindicação. Isso nos vai ajudar a exatamente evitar os problemas e racionalizar a aplicação dos incentivos,...

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — O tempo acabou, nobre deputado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — ...revertendo parte dos recursos num aumento mais digno aos servidores concursados — em lugar de dar 124% aos comissionados e 5% aos demais, de maneira vergonhosa. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Neste momento devolvo a palavra ao presidente, que volta a conduzir os trabalhos.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário se há quórum para a deliberação.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, há quórum para a deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Projeto de Lei nº 045/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.841, de 29 de dezembro de 2009; altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.829, de 9 de março de 2022, e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, nos termos que especifica". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Para discutir, com a palavra, o nobre deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, colegas deputados. Esse projeto de lei oferecido pelo governo está em redação final; votei duas vezes contra e assim voto agora. É a última oportunidade que temos para corrigir essa distorção entre servidores públicos concursados e comissionados. Embora sem me aprofundar muito, até para não cansar os colegas, aproveito o ensejo para ler os símbolos dos cargos, o percentual de acréscimo com a alteração na base de cálculo. O que era DCA-1, DCA-2, DCA-3, DCA-4 passa a ser FDA-1, FDA-2, FDA-3, FDA-4, o primeiro com 50% de acréscimo e os três seguintes com 60%, ficando exatamente da forma que este parlamentar denunciou. Ora, quem observa a tabela, num primeiro momento, poderá achar que se mantiveram os 60% de todos, e para o FDA-1 há uma redução para 50% de bonificação... Só que quando você observa a base sobre a qual o cálculo está incidindo, você percebe que um salário de R\$ 17.063,82 — com um aumento real da base de 66,44%, mais a bonificação, que diminuiu de 60% para 50% — se elevaria para R\$ 42.602,85. Enquanto isso querem dar uma aumento de 5% para os servidores públicos concursados — quem estudou, quem se dedicou, quem tem a estabilidade. Por quê? Porque o comissionado está ali ou para servir numa função específica para o seu mandante, ou como parte de um acordo que resultou em votos; no final das contas o servidor concursado fica com a sensação de que seus representantes não querem ou não conseguem defender adequadamente seus direitos — míseros e vergonhosos 5%! Por isso este parlamentar vai votar contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de pedir licença para discutir daqui... O deputado João Henrique acerta quando diz que 5% é pouco, e todos concordamos, embora esteja acima da inflação e dentro do que a lei determina. Mas erra intencionalmente quando diz que esse projeto está dando aumento de salário para comissionado! O projeto trata de remuneração de plantão, especificamente para quem exerce atividade de trânsito, conforme está estabelecido. É só examinar as leis que estão sendo alteradas para ver que elas tratam de plantão de serviço para servidores, não de aumento para comissionados. Nós temos de ser honestos em nossas afirmações... Ainda em discussão o projeto. Encerrada a discussão. Em votação.



---

Projeto de Lei nº 045/2023, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto não.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?



**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede, a quem exerce o plantão, seja comissionado ou de carreira, determinados reajustes. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 04/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 09/2023 - "Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS Empreendedor) "A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 04/2023, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto não.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?



---

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 048/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera dispositivos da Lei nº 4.049, de junho de 2011 que dispõe sobre o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (MS Forte-Indústria)". A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 048/2023, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretária** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sonoro contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASCHIOKA (União Brasil)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO** (Deputado Pedro Kemp – PT) — São dezenove votos favoráveis e um voto contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto nº 094/2023. Autor: Tribunal de Contas. "Altera a Lei nº 1.425, que dispõe sobre o Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização, Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 094/2023, de autoria do Tribunal de Contas de MS.



**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?



---

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORREA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO** (Deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Projeto de Resolução nº 004/2023. Autora: Mesa Diretora, em coautoria com a deputada Mara Caseiro, deputado Jamilson Name, deputado Junior Mochi, deputado Londres Machado e deputado Marcio Fernandes. "Altera a redação dos dispositivos e anexos da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão...

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Presidente, apenas para esclarecer que esse projeto é uma reforma do nosso Regimento Interno, prevendo as sessões remotas, legalizadas, todos devidamente paramentados, sem prejuízo dos debates em Plenário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Só vai poder debater quem estiver em Plenário

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Isto. E os deputados que estiverem em missão oficial representando a Assembleia, ou por outro motivo de força maior, poderão participar das votações remotamente. É isso, presidente?

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — É isso aí. Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 004/2023, de autoria da Mesa Diretora e outros.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



---

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?



**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, o deputado Zé Teixeira está perguntando se, quando estiver participando da sessão remotamente, deve estar vestido de forma adequada...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Sim, de forma adequada, blazer, gravatinha, mesmo que na fazenda.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Deve ter então um blazer lá fazenda disponível...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Isso é rito, tem de seguir o rito da sessão... Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 070/2023. Autor: deputado Lidio Lopes. "Estabelece diretrizes destinadas à inclusão social de pessoas com síndrome de Down no estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 070/2023 de autoria do deputado Lidio Lopes.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?



---

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CAMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.



**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica: 3 requerimentos, 62 indicações, 2 moções de aplauso, 1 moção de repúdio e 8 moções de congratulação... Pela ordem, com a palavra, o deputado Londres Machado.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir destaque para essa moção de repúdio.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Foi retirada?... Respondendo então à questão de ordem de Vossa Excelência: foi retirada a moção. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moções de pesar. Proposta pelo deputado João Mattogrosso, em razão do falecimento da senhora Maria Aparecida Colossal Gonçalves. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento da senhora Helena Colnago Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Só para registrar: hoje foi lido o projeto de RGA, da revisão anual dos servidores; aprovado o acordo de lideranças para ir para a CCJR amanhã, podendo receber emendas, receber mudanças amanhã; e da mesma forma há um projeto do Tribunal de Contas que trata de prescrição. Esta Mesa comunica que ambos os projetos estarão na CCJR prontos para serem votados amanhã. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputado Renato Câmara. Transferida... Esta Presidência registra a presença do senhor José Gonçalves Barbosa, vereador do município de Nioaque; do senhor Elias Ishy de Matos, vereador de município de Dourados; do senhor Lúcio Roberto Calixto da Costa, prefeito do município de Santa Rita do Pardo. Muito obrigado pela presença. Registramos também nossos parabéns ao governador Eduardo Riedel pelo evento de ontem, tratando dos temas pertinentes a Mato Grosso do Sul... Parece que o deputado Renato Câmara pede a palavra nas Explicações Pessoais... Esta Presidência, como sempre muito democrática, vai abrir uma exceção e abrir a palavra nas Explicações Pessoais ao nobre deputado, sempre atuante, Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — sem revisão do orador — Obrigado pela oportunidade. Tivemos um ruído de comunicação; eu passei o meu nome para falar nas Explicações Pessoais, mas houve um delay e o pedido não chegou a tempo a Vossa Excelência. Mas presidente, o que me traz aqui nesta tribuna é um assunto muito importante para todos nós. Falo de meio ambiente e falo também da casa comum. "Casa comum" é o ambiente onde a gente vive, o mundo inteiro. Esta é a nossa casa comum, e toda casa precisa ter água. Pois hoje estado de Mato Grosso do Sul assinou no Imasul o terceiro ciclo do Pró-Gestão, que é um programa

incrível com relação ao monitoramento dos recursos hídricos do estado. O Pró-Gestão desde 2012 vem se aprimorando, avançando; a Agência Nacional de Águas apresenta metas, e Mato Grosso do Sul vem buscando cumprir essas metas nacionais no Pró-Gestão, fazendo centenas de monitoramentos, de vários rios, além do monitoramento da água subterrânea. Venceu o primeiro ciclo, que foram de cinco anos, em 2017. Em 2017 criamos a Frente Parlamentar de Recursos Hídricos, que vem discutindo essas informações coletadas em todo o estado. Em 2018, se não me falha a memória, reunidas todas essas informações, a agência nacional nos colocou no segundo ciclo; e é obrigatório, pelo atual Pró-Gestão, apresentar as informações aqui na Assembleia Legislativa. Hoje, como ia dizendo, assinamos no Imasul o terceiro ciclo. Isso traz luz a vários pontos necessários para que tenhamos políticas públicas efetivas, que de fato possam melhorar a vida das pessoas, que nos deem condições de olhar o futuro com planejamento estratégico, e sabendo das informações atuais. Hoje assinamos o Pró-Gestão, e o que me traz aqui, senhor presidente, é a necessidade que temos de ampliar o número de técnicos do nosso Imasul. O Imasul tem cumprido uma importante missão; faz, por exemplo, outorgas, que são o controle de toda a utilização de água do estado. Ao longo desse tempo foram feitas 11 mil outorgas em Mato Grosso do Sul. Hoje nós temos um mapa, hoje temos condições de saber onde se encontra a maioria dos poços artesianos, a coleta de água, temos condições de saber como se usa a água, de ter o controle dessa água: informação estratégica fundamental. Mas o Imasul já chegou a ter mais de 300 técnicos e funcionários, hoje temos 126. Diante de tantas informações, de tantas ações a serem executadas, venho aqui ao plenário para registrar que é importante que a Casa faça essa mobilização junto ao governo do estado para que possamos ampliar o número de funcionários do instituto. Ano passado o Imasul não teve a oportunidade de usufruir dos benefícios do concurso público, mas este ano é fundamental que possa. Urge essa necessidade de termos o concurso público para o Imasul! Vários técnicos de excelente qualidade se aposentaram, nós estamos desfalcados, nobre presidente, precisamos recuperar os técnicos através de concurso; porque o técnico do Imasul, ao longo de sua caminhada, do seu trabalho no órgão, vai adquirindo experiência, ele vai sendo treinado, capacitado, e esse é um grande patrimônio do nosso estado. O Pró-Gestão tem sete técnicos contratados, cada qual com a devida qualificação; hoje por exemplo vai ocorrer uma oficina de atualização, de capacitação do técnicos do Imasul... Quando esse técnico atinge um nível elevado de conhecimento, de experiência, aparece-lhe outra proposta, e ele, sem a garantia de um concurso público, acaba deixando a instituição. Quando isso acontece um novo contrato tem de ser feito, é preciso iniciar tudo de novo, começar do zero o treinamento desse servidor recém-chegado. Por isso o concurso público e as políticas públicas do Pró-Gestão são fundamentais. Porque através do concurso público nós vamos criar um leque de técnicos, em vários setores, que serão treinados e que farão parte do gerenciamento, da condução das políticas públicas de meio ambiente no estado. O empresário tem pressa; quando você pede uma licença ambiental, quando você pede uma outorga, você tem pressa. O empresário tem pressa porque tem um cronograma a cumprir, e quando ocorre essa demora, o estado perde, porque os investimentos que dependem de autorização ambiental são protelados. Para que haja essa agilidade, nós temos os instrumentos da informática, mas precisamos também de servidores para atender à grande demanda que o nosso estado tem. Outro ponto fundamental acerca da questão dos recursos

hídricos, do controle da água, é saber se os nossos rios contêm ou não contaminantes, se nossos peixes estão contaminados ou não, se o volume da água está se mantendo ou diminuindo ao longo do tempo; se a qualidade da água está boa, sem turvamento, etc., e isso tudo é feito através de controle e investimento. Quanto ao Fundo Estadual dos Recursos Hídricos, Mato Grosso do Sul ainda está muito atrasado em relação a vários outros estados da federação, porque o Fundo Estadual de Recursos Hídricos só tem hoje um financiador: os 10% das outorgas emitidas no estado. É um recurso muito pequeno, que gira em torno de 400 mil reais, pouco recurso diante do grande número de ações que precisam ser feitas para proteger nossos recursos hídricos. Só a compensação pela utilização da nossa água pelas usinas hidrelétricas, esse recurso natural tão importante, na beira do Paraná, gira em torno de 13 milhões de reais; além disso temos os *royalties* da Itaipu, que giram em torno de quatro milhões de reais — tudo somado temos um total de mais ou menos 16 milhões de reais. A utilização dessa água gera um recurso importante, que precisa ser revertido em proteção dessa água, como acontece em São Paulo. No estado de São Paulo, 100% dos recursos provenientes da utilização das compensações da utilização da água são revertidos em proteção dos mananciais, na recuperação de microbacias, em investimento em projetos ambientais, em várias ações que precisam ser feitas. Nós ainda não despertamos para a necessidade dessas ações, Mato Grosso Sul ainda não se conscientizou de que precisa proteger as suas águas, talvez por termos ainda um volume adequado. Mas na realidade, se examinarmos bem as informações que estão sendo geradas, veremos que a médio prazo teremos dificuldades e entraremos em déficit de disponibilidade de água. Mato Grosso do Sul ainda não despertou para a irrigação...

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Deputado Renato, Vossa Excelência dispõe de dois minutos para concluir o pronunciamento.

**DEPUTADO REANTO CÂMARA** (MDB) — Serão suficientes, nobre colega deputado... Nós temos pouca produção ainda com irrigação, não estamos utilizando todo o nosso potencial de recursos hídricos — na irrigação, para as indústrias que virão para o estado, e nós temos de ter esse despertar, temos de reverter os recursos gerados pela águas, pela compensação da utilização das águas do nosso estado, em ações de proteção dos nossos mananciais, do volume de água, que geram hoje recursos para o nosso estado. Encerro minhas palavras, senhor presidente, dizendo que Mato Grosso do Sul, mesmo com várias ações ainda por implementar, tem cumprido uma função importante no país, na medida em que temos cumprido as ações, as metas, o planejamento estratégico colocados no Pró-Gestão, tanto que hoje assinamos no Imasul o terceiro ciclo, que com certeza vai gerar muito mais informações e nos dará a oportunidade de propor políticas públicas de proteção dos nossos recursos hídricos, como forma estratégica de desenvolvimento do nosso estado. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Não havendo mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais, e nada mais havendo a tratar, esta presidência dá por encerrada a presente Sessão (11h12min).